

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# Para uma pesquisa em história da crítica literária no Brasil: convergência e dispersão de um debate no tempo

Mario Tommaso

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13746>

Submetido em: 2025-10-13

Postado em: 2025-12-11 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## **Para uma pesquisa em história da crítica literária no Brasil: convergência e dispersão de um debate no tempo**

### **Towards Research on the History of Literary Criticism in Brazil: Convergence and Dispersion of a Debate Through Time**

Mario Tommaso

Professor de Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo

<https://orcid.org/0000-0002-2512-016X>

[mariotommaso@usp.br](mailto:mariotommaso@usp.br)

Resumo: O artigo propõe uma leitura histórica da crítica literária brasileira em sua articulação com a construção da ideia de nacionalidade, verificando como diferentes correntes críticas e instituições disputaram, ao longo do tempo, a definição da literatura brasileira e os regimes de leitura apropriados para lê-la. Propõe compreender o conjunto de textos desde o período de fundação da literatura brasileira, que coincide com o surgimento da própria noção moderna de crítica, no século XIX, até o presente, agrupando-os em seis momentos paradigmáticos, caracterizados pela produção a partir de instituições específicas ou de tensões entre elas, a fim de compreender as transformações de um debate ao longo do tempo.

Palavras-chave: Crítica, Literatura Brasileira, História Intelectual

Abstract: This article proposes a historical reading of Brazilian literary criticism in its articulation with the construction of the idea of nationality, examining how different critical schools and institutions have disputed, over time, the definition of Brazilian literature and the reading regimes considered suitable for it. It aims to understand the body of texts from the foundational period of Brazilian literature – which coincides with the emergence of the modern notion of criticism in the 19th century – up to the present, grouping them into six paradigmatic moments, characterized by production within specific institutions or by tensions among them, in order to understand the transformations of a debate over time.

Key-words: Criticism, Brazilian Literature, Intellectual History

Neste artigo, contextualizo a história da crítica literária brasileira em sua articulação com a historiografia em torno de um projeto pautado pelo conceito de

nacionalidade em diferentes apropriações pelas diferentes correntes críticas e políticas; proponho um balanço do modo como os diferentes grupos, em perspectiva ora sincrônica, ora diacrônica, disputaram o objeto “literatura brasileira” entre si e dialogaram com a tradição, reinventando-a. Este panorama pretende ser útil para situar cada momento histórico que pode ser particularizado como objeto de etapas de uma pesquisa mais ampla, que se volte para cortes transversais sincrônicos e remeta a um conjunto histórico de maior escopo.

A visão abrangente da história da crítica literária brasileira, em articulação com a historiografia da literatura, a historiografia propriamente dita e as teorias da literatura em competição, é o ponto de partida para que possamos situar uma série de incursões em cada período particular, para auferir a especificidade do modo como se configuraram as disputas em torno da crítica. Assim, podemos classificar, *grosso modo*, temporalidades mais restritas em torno de núcleos institucionais, categorias sociais e políticas e correntes críticas. O campo literário pode se configurar com relação a um centro irradiador, ou então ser mobilizado por uma dinâmica de disputa entre diferentes setores. Analisamos a sequência histórica, assim, em 6 momentos paradigmáticos, em torno de instituições específicas ou de tensões entre elas:

- a) Tendo por centro produtor e difusor o IHGB;
- b) A Escola do Recife;
- c) A Academia Brasileira de Letras;
- d) Polarização entre o chamado periodismo impressionista e a crítica universitária e, nesta, entre os núcleos USP e UFRJ;
- e) Consolidação, especialização e subdivisões da crítica universitária;
- f) Manifestações atuais, marcadas pela expansão das universidades federais e pela diversificação dos suportes digitais e dos lugares sociais de autoria.

Proponho estabelecer como marco inicial dessa longa duração o momento histórico no qual emergem projetos de fundação de uma literatura brasileira em acordo com o momento político de independência e constituição de um Estado nacional, na década de 20 do século XIX. Os projetos literários e críticos fundamentados no sentido de dotar de unidade política uma dispersão cultural – que, a depender das diversas formulações, será vista como positiva ou negativa, possível ou impossível de conciliação – perduram até o presente, mesmo quando a tônica na ideia de nação não aparece em primeiro plano (ver, por exemplo, Bosi, 2002 e Süsskind, 2022). Proponho, portanto, no

que se refere ao campo mais abrangente da história da crítica, pensar tais projetos do período de “fundação” da nação até o momento atual, marcado por uma dispersão (de temas, linguagens e suportes) que vem se contrapondo, uma vez mais, a formas autoritárias de nacionalismo.

Em sua gênese, os estudos sobre a literatura produzida no Brasil se constituem e fundamentam na hipótese de uma ligação intrínseca entre um projeto estatal de nação e uma historiografia correspondente, que instituem os critérios de avaliação de obras e estabelecimento de um cânone. Roberto Ventura (1991), refere o modo como D. Pedro II, ao empenhar-se em dotar o Império de uma cultura moderna e ao mesmo tempo em consolidar os valores, ritos e símbolos de uma nacionalidade própria, apoia, como mecenas, o grupo de artistas, poetas e intelectuais do primeiro movimento romântico, em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e financiando a impressão de obras de história literária, como a de Ferdinand Wolf. É neste momento que institui-se no Brasil uma espécie de *simbiose entre Estado e historiografia*, o que viria a se acentuar a partir de 1850 com a estabilização do projeto monárquico e do projeto centralizador.

Tratava-se inicialmente de definir um *corpus* literário brasileiro e sua especificidade, a partir de uma literatura que fora herdada das práticas e formas em circulação na Europa, mas agora em contato com o espaço natural e social do Novo Mundo. Inicialmente, gestou-se a hipótese da originalidade literária brasileira e suas possíveis fontes. Denis, no seu *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1828), identificava-a, em primeiro lugar, na natureza, que permitiria ao viajante a introspecção necessária para suas criações intelectuais e artísticas (em chave rousseauísta, sobretudo a partir dos *Devaneios do caminhante solitário*) e, em segundo, do caráter mestiço de uma nacionalidade por se construir, cuja literatura deveria integrar formas e temas oriundos das “três raças melancólicas”. Seu *Resumo*, apesar do objeto indicado no título, encontra poucos elementos de uma produção já existente, constituindo-se mais como uma espécie de *avant-propos* de uma literatura por vir.

Gonçalves de Magalhães retoma e discute o projeto no “Discurso sobre a história da literatura no Brasil” (1836), não sem lamentar-se de que a literatura brasileira lhe parecesse uma “bela estrangeira” ou uma “grega vestida à francesa ou à portuguesa”, em imagens que estabelecem, desde a fundação da historiografia literária brasileira, a dicotomia entre localismo e cosmopolitismo, *plantada* sobre outra leitura dicotômica, que se dá entre os projetos e as próprias obras – verificadas ou por se produzir. Assim, a obra

poética de Magalhães não chega a desvencilhar-se de todo das convenções neoclássicas e pouco incorpora da chamada “matéria” efetivamente nacional. É ele, no entanto, o intelectual em torno do qual gravitava toda a vida literária do primeiro período romântico, e que lança as bases do movimento indianista, propondo a elaboração literária da figura do indígena como expressão e símbolo da nacionalidade – e que exclui, ao contrário das propostas de seu predecessor Denis, o papel das populações negras na contribuição para a cultura. Magalhães identifica em Santa Rita Durão e Basílio da Gama seus precursores *nativistas*, que trataram em chave épica ou lírica – e não mais cômica – o indígena. Pode-se dizer que, de carta forma, alguma necessidade de exotismo (a que mais tarde Machado de Assis se referiria como excesso de “cor local”, no ensaio “Instinto de nacionalidade”, de 1973), era não apenas uma tendência interna em constituição, mas também uma exigência que vinha de fora – por exemplo, ao recepcionar os *Primeiros cantos*, de Gonçalves Dias, Alexandre Herculano lamentou sua pouca atenção aos assuntos americanos.

Como observa Roberto Ventura no já referido estudo, a valorização da natureza local correspondeu às necessidades ideológicas de uma elite nacional recém-constituída, formada majoritariamente por europeus ou americanos com ascendência europeia, e que procuravam, por meio da construção de um repertório de bens culturais que tinha seu centro na produção literária, legitimar seu direito à autodeterminação nacional. Trata-se do momento de um *primeiro liberalismo*, sobre o qual nos chama a atenção Alfredo Bosi (1988), cujos valores e parâmetros justificavam a formação de uma classe dirigente em país independente que mantinha continuidade com estruturas herdadas da colônia (o latifúndio, a agroexportação, o patronato, a escravidão). Assim, a corrente hegemônica pós-independência, como também argumenta Bosi (2002), foi a de uma interpretação conciliadora, em que os valores anticolonialistas da independência foram substituídos, em um movimento de conservação, pelo compromisso luso-brasileiro. Essa visão fica expressa nas formulações historiográficas desde Varnhagen e durará até o século XX, por exemplo, na obra de um Gilberto Freyre.

O primado da ação do meio natural como distintivo cultural, entretanto, não ocorreu de modo homogêneo, e a qualidade dessa suposta influência também foi objeto de debate. Assim, a teoria climática de Montesquieu e Buffon sobre a degeneração das espécies, a inferioridade e a fraqueza da flora, fauna e das gentes do Novo Mundo ganhou adeptos e encontrou consequências até a década de 1930, passando obviamente pelas teorias deterministas de Comte, aplicadas por naturalistas como Sívio Romero e Aluísio

Azevedo. Outros, ainda no século XIX, já questionavam o modelo, como Azeredo Coutinho ou o próprio Magalhães, que se apropria de Buffon, mas não compartilha da sua negatividade sobre o trópico.

As teses da especificidade nacional foram o ponto de fundação das primeiras histórias mais sistemáticas da Literatura Brasileira que viriam com Sílvio Romero e José Veríssimo, a partir da década de 1870, tendo sido gestada por autores como Gonçalves de Magalhães, Nunes Ribeiro, Varnhagen, Ferdinand Denis e Wolf. São discursos antitéticos que se cruzam e disputam espaço nessas polêmicas, e que terão consequência futura, sendo repostos em outros momentos na história da crítica brasileira, sob outras colorações e conotações, mas que foram inicialmente formulados na oposição entre Romero e Veríssimo: o critério da representatividade local e o da adequação formal ou estética. Romero, oriundo da Escola do Recife, em que o positivismo servia de base à necessidade de uma visão republicana, liberal e anticlerical, já na decadência do Império, partia das categorias de Comte, Buffon e Lanson para buscar construir um modelo científico de abordagem dos textos literários, sempre pensando na tríplice determinação do meio (natural e social), da herança biológica e do momento histórico. Seu critério era prioritariamente a representação do nacional, um critério político, histórico e geográfico. José Veríssimo, embora figure no polo “estético” e “cosmopolita” da contenda, lança mão de categorias pré-românticas em suas análises, pressupondo a adequação do “bem escrever” e das belas-letas, como observa Alfredo Bosi (2002), o que nos leva a compreender que é preciso atenção ao atribuir ao conceito de “estética”, quando aplicado por Veríssimo ou por seus contendores, o mesmo significado que ele teria recebido em tempos modernistas ou pós-modernistas.

Araripe Jr. faria em seguida a teoria da *obnubilação* da natureza sobre os indivíduos, que produziria o que chamou de um “estilo tropical”. Assim, no debate com Veríssimo, defende que o naturalismo de Azevedo não é cópia inferior ao de Zola, mas fruto do choque do temperamento individual de Azevedo com o clima brasileiro, produzindo um texto que por necessidade não poderia ser “correto”. Embora tributário do pensamento determinista, a inversão de valores que propõe, atribuindo positividade à cultura e à literatura brasileiras (o que, de certa forma, contradiz as teses defendidas pelo próprio Azevedo), inicia uma importante mudança de chave avaliativa sobre o nacional e sobre as superações de suas condições de produção – algo que Bosi, no ensaio referido, atribuirá à sua inovação em considerar os autores em sua individualidade criadora, ainda que com os recursos precários de que ele, Araripe, dispunha.

Como campo de disputas, o sistema intelectual brasileiro também deve ser pensando em suas condições objetivas de constituição e funcionamento, que marcam os temas e o modo como se processam os debates. Já se notou que a polêmica é um modelo e uma estratégia típica de confrontação de ideias no meio literário brasileiro. Luiz Costa Lima (1981) caracteriza o espaço em que se dão as disputas como a) uma cultura predominantemente oral; b) uma cultura voltada para fora; c) sem um centro próprio de decisão; características que fomentariam a prevalência do modo polêmico de atuação. Assim, se um Romero queixava-se de que não havia um público leitor consolidado e consistente, e de que poderia escrever livremente graças a isso, pois suas ideias passariam despercebidas, manifestava um sintoma tanto da precariedade do meio cultural quanto de bases conceituais de referência eficazmente instituídas. Nesse sentido, Costa Lima situa a “instituição” da polêmica, em que o intelectualmente divergente é tomado por desafeto pessoal, como corolário da ausência de um ambiente intelectual consistente. Roberto Ventura, no já citado *Estilo tropical*, acentua a prevalência do oral na transposição para o texto crítico e a manutenção das relações de poder mais arcaicas como um *continuum* do espaço da oralidade aos institucionais, que explicariam a disposição ao polemismo. Em ambas as leituras ressalta-se algo como um caráter brasileiro da polêmica, o que é preciso verificar mais detidamente por meio de estudos em histórica comparada da crítica literária – se a polêmica não é *modus operandi* exclusivo da crítica brasileira, ela pode no entanto deixar aparecerem modos de organização do campo, do discurso e valores específicos que a informam.

Os primeiros anos do século XX, ou o momento ao qual nos habituamos a referir como a “*Belle Époque*”, ficaram marcados por uma concepção sintetizada, hoje em chave caricatural, na expressão de Afrânio Peixoto segundo a qual a literatura é “o sorriso da sociedade”. Nos anos iniciais da república, a instituição brasileira de convergência das disputas de poder, da legitimação e das definições de critérios e cânone deixou de ser o IHGB e passou a ser a Academia Brasileira de Letras. Inúmeras outras sociedades similares foram constituídas, como mostra Nicolau Sevcenko (1995 [1983]), e o papel do escritor e do crítico, muitas vezes identificado com a figura do polígrafo (como o próprio Afrânio e Olavo Bilac, Coelho Neto etc.), pressupunha um compromisso com certa elite em ascensão, a partir do Encilhamento, e a rotinização de uma literatura de distinção de classe, preta de estereótipos (como o do caipira) e de pouco valor inventivo e crítico. Após a crise das políticas econômicas de Rui Barbosa, no entanto, que repercutiu nos próprios meios de renda e circulação desses intelectuais, sobretudo nos jornais, alguns

críticos e escritores aderem a um novo modelo de nacionalismo, pressupondo uma concepção de intelectual como tutelador de seu público, como é o caso de Bilac (em nova fase) ou Lobato. Segundo a hipótese de Sevcenko, surgem dois tipos de recusa a essa posição, provenientes de agentes mais distanciados dos círculos de poder econômico: de um lado, aqueles que já aderiam a uma visão espiritualista, acusada por seus opositores de escapista, como o crítico Nestor Vitor e poetas como Cruz e Souza, e aqueles que irão se engajar em projetos estético-políticos que o historiador chama de literatura de “missão” (recuperando o espírito dos “mosqueteiros intelectuais” da geração de 1875, decepcionada e não absorvida nos quadros da República oligárquica “da Espada”): Lima Barreto e Euclides da Cunha.

Essa tensão prepara o terreno para o movimento Modernista a partir da década de 20, que irá romper com a literatura de oficialidades e incorporará, a depender de suas subdivisões e posteriores correntes, o espiritualismo estetizante ou o engajamento político, em nova chave crítica. O Modernismo, a partir sobretudo de 1924, ano da “Revolução Esquecida” paulista e também da viagem do grupo de Mario de Andrade, Oswald e Tarsila a Ouro Preto, marca uma espécie de guinada nacionalizante e também na direção de uma feição ético-política nos projetos do movimento que darão a tônica a partir do decênio de 1930, como estudou João Luiz Lafeté (2000 [1974]) e Antonio Candido (1989).

Trata-se de compreender um complexo de formulações de amplo escopo que podemos identificar como a chamada “ideia de Brasil moderno” (ver Ianni, 1996; Napolitano, 2022; Ridenti, 2010; Capelato, 2003), que em muitos aspectos permaneceu como projeto, mas com força de um longo período de realizações em setores diversos e em campos por vezes opostos do espectro político. Envolveu a constituição de uma elite política e cultural de artistas, intelectuais e de uma burocracia crescente e complexa para a política cultural. Sustentou-se a partir da dupla função modernista: a de que a elite brasileira deveria ser reeducada e reorientada no sentido de valorizar a própria nacionalidade e sua cultura proveniente das camadas populares – a face do Modernismo a que Antonio Candido chamou “desrecalque localista”; e a de atualização estética, com a inserção do país nos debates atuais sobre arte e cultura, sua incorporação do novo horizonte técnico e das novas experiências de tempo e espaço e seu *aggiornamento*, em chave cosmopolita. A industrialização e a modernização econômica do país também acompanham a modernização das instituições políticas e culturais – pense-se por

exemplo, ao longo da Era Vargas, na criação do MEC, do IPHAN, da Radio Nacional etc. Politicamente, o chamado projeto moderno não foi homogêneo, assumindo colorações num espectro da esquerda à direita conforme o sentido dado a “cultura”, o papel das classes populares em sua construção e, ainda, o compromisso, maior, menor ou ausente, com instituições como a Igreja Católica ou outras correntes (para a qual convergiam, por exemplo, grupos como o Verde-Amarelo ou o das revistas *Festa* ou *Anta* – o que não significa, entretanto, que autores declaradamente católicos ou mesmo “espiritualistas” se posicionassem como conservadores estético ou politicamente). Em torno do Modernismo e de suas linhas de continuidade e da ideia de modernização se dão as intensas disputas que marcaram os debates historiográficos e críticos do Brasil no século XX. O debate entre Sérgio Buarque de Holanda e Mario de Andrade é emblemático das divisões internas do Modernismo: Sérgio comparava Mario a autores conservadores em sua proposta de cultura construtiva, orientada segundo um único e preexistente espírito nacional do qual os artistas e intelectuais seriam portadores, opondo a tal projeto a ideia de “desprezo”, no sentido de não dirigismo e efetiva libertação das manifestações culturais e artísticas tendo o pluralismo e a liberdade inventiva como as verdadeiras e positivas características nacionais (Holanda, 1996 [1924], p. 224-8).

A partir da década de 30, com a criação de universidades como a USP e a UFRJ, inicia-se um processo de estabilização do campo intelectual que viria de encontro às leituras por elas consideradas mais ou menos “amadorísticas” – as da chamada crítica “impressionista”, praticada sobretudo nos rodapés dos jornais e em algumas revistas literárias. Flora Süssekind, em “Tratados, rodapés e ensaios: a formação da crítica brasileira moderna”, fala de 1986 recolhida em *Papeis colados*, de 1993) formula a hipótese de que “[d]a tensão entre o crítico-jornalista e o crítico-*scholar* se originou o perfil do crítico moderno no Brasil” (p. 34), disputa que teve diversas implicações e durou, de certa forma, até a década de 1980. Tratava-se, como observa a autora, de substituir os termos em que se dava o debate crítico, o que teria incomodado até mesmo escritores. Ela nota, por exemplo, que na polêmica entre Oswald e Antonio Candido, que lhe fizera objeções ao conjunto irregular e muitas vezes incompreensível da obra, o que mais irritara Oswald teria sido a linguagem utilizada pelo professor, não mais inventiva e poética, como a dos modernistas, mas técnica, um dos motivos pelos quais Oswald alcunhara os críticos do grupo Clima de “chatoboy”. É um nítido momento de mudança de paradigma de leitura, evidentemente polêmico, plurívoco e descontínuo. Como observou Alfredo Bosi (2000), a crítica efetuada pelos modernistas estava

intrinsecamente ligada a seus projetos poético-políticos e à reivindicação de seu “direito à pesquisa estética”, nos dizeres de Mario de Andrade (1972 [1942]).

Os estudos universitários os tomarão, ao mesmo tempo, como fundação de um projeto moderno do qual se estabelecem como continuidade e como objeto preferencial de análise e referencial crítico, o que veio a produzir ruídos como os da referida polêmica – uma vez que, de dentro do próprio Modernismo paterno, linhagens das universidades elegerão diferentes posições. Por outro lado, também caracterizam-se por oposição ao que se praticava nos rodapés dos jornais em circulação, ou seja, uma crítica não sistemática, de critérios subjetivos, estabelecidos sobre as idiossincrasias do leitor de prestígio com seu *gosto*, que muitas vezes se aproximava da crônica ou de um ensaio de pouca sistematização teórica ou conceitual – podemos citar Wilson Martins, Brito Broca ou Álvaro Lins como alguns representantes desse modelo. O resultado produtivo dependia, assim, do repertório do crítico, de seu perfil analítico e da legitimidade obtida no meio periodístico e editorial. Por outro lado, é possível à distância inverter o questionamento dirigido aos periodistas e buscar verificar o quanto, dentro da crítica dita sistemática, há de atuação dos aspectos subjetivos ou de simples “gosto”, pensado inclusive como marcas de classe ou de grupo de filiação, pois valorar os objetos da cultura nem é uma atividade inteiramente lógica, nem, por outro lado, inteiramente individual.

No interior dos estudos universitários, a partir da década de 1950, houve também uma divisão, que repunha, de certa maneira, a dicotomia entre “localismo” e “cosmopolitismo” que já definira as posições entre Romero e Veríssimo e, posteriormente, entre Mario e Oswald ou entre Mario e Sérgio Buarque. Evidentemente, a disputa não se deu nos mesmos termos e sobre os mesmos valores. Tratou-se da discussão entre o grupo ligado a Afrânio Coutinho, no Rio de Janeiro, e o de Antonio Candido, em São Paulo. Coutinho (1970) pretendeu, segundo a leitura de Bosi (2002), estabelecer uma nova crítica anti-romeriana. Baseando-se em estudos da estilística espanhola, no *new criticism* estadunidense e em autores como Welleck e Warren, buscou privilegiar as obras e autores individuais em uma perspectiva mais especificamente limitada ao plano estético. Propôs uma história da literatura coletiva, que incorporou muitos dos considerados bons críticos de rodapé, como Augusto Meyer. Entretanto, como observa ainda Bosi, persiste a falta de sistematização, reestabelecendo-se o esquema eclético do periodismo. Além disso, com relação à ideia de nacionalidade, seu critério é simplesmente o de contato com o território brasileiro, o que produz flagrantes anacronismos e ainda repõe, sub-repticiamente, o nativismo romântico e a teoria da

obnubilação de um Araripe Jr.

Bosi, ainda, explica que “a distinção de fatores internos e externos foi absolutizada e rotinizada nas faculdades de Letras, criando um campo estéril de áridas polêmicas” (2002, p. 29). Essa dicotomia seria reposta na chamada polêmica do estruturalismo, em 1975 e, pode-se dizer, retoma até mesmo hoje, nas polêmicas em torno dos Estudos Culturais e das literaturas de representatividade. Entretanto, não se pode dizer que Antonio Candido, e Bosi o demonstra, tenha se posicionado de modo dogmático e polarizado na disputa. Seu projeto foi justamente o de procurar fundamentar, descrever e refletir sobre o movimento dialético que se dá entre a causalidade social e a inventividade propriamente literária dos textos. Candido vale-se, cito Bosi, “estrategicamente de categorias de classe, mas que não se impõem com um sentido econômico imediato, cru”, e portanto não cede àquele evolucionismo vulgar de que discorda Gramsci, e que desconhece “a passagem do quantitativo ao qualitativo, que perturba toda evolução e lei de continuidade” (2002, p. 31).

Assim ocorre que, desde a *Formação da Literatura Brasileira*, o propósito de Candido foi o de verificar o estabelecimento de um projeto de constituição da nacionalidade do qual a literatura participa como centro de proposição e convergência. Entretanto, o crítico adverte desde a introdução que não se trata de aderir a) nem as formulações políticas encontradas no *corpus* analisado, por se tratar de uma “velha concepção, cheia de equívocos” (2000 [1959] p. 19); b) nem de aderir criticamente aos textos, empregando como critério a nacionalidade, uma vez que sua obra de amplo escopo não é mero inventário, mas pressupõe o corte crítico e a verificação, a partir de critérios literários, daquilo que interessa à atualidade de sua leitura. Desse modo, o valor literário é encontrado por Candido naquelas obras de “formas esteticamente pregnantes e bem articuladas” (Bosi). Um exemplo de como ele o operaria seriam as análises de *Senhora* (em *Literatura e sociedade*), em que Candido mostra o modo como o ponto de vista moral de Alencar é formalmente construído, em sua “reflexão do quadro e reflexão sobre o quadro” (Bosi, 2002, p. 50), e a análise de *Memórias de um Sargento de Milícias*, em que o crítico articula o princípio do realismo, os elementos da fábula e o ponto de vista específico de Almeida, com o “triunfo da peripécia” e a imagem de um “mundo sem culpa” (p. 51-2).

Süssekind (1993) situa uma produção diversa e consistente, tributária dos estudos universitários. Assinala que a figura do *scholar* se desdobrou nas de especialista,

teórico e, por fim, na de ensaísta, representada por críticos oriundos desses espaços, como Roberto Schwarz, Silviano Santiago, e podemos dizer que por ela mesma, que propõe uma defesa do ensaísmo como espaço de autorreflexão da atividade crítica, que guarda uma função negativa no meio cultural e universitário brasileiro: opõe-se à suposta ausência de “tradição filosófica mais sólida”, à “atualização acelerada”, à “criticofobia generalizada” fora da universidade, ao antiintelectualismo etc. O ensaísmo, assim, permitiria confrontar um mercado editorial e uma indústria cultural que repuseram o primado do impressionismo do rodapé, já com finalidade publicitária.

Os estudos universitários se diversificaram e apontam para várias perspectivas, abordagens e metodologias. Além dos autores mencionados, podemos citar ainda os estudos semióticos na PUC, em torno da figura de Haroldo de Campos; os estudos teóricos de Luiz Costa Lima; os estudos genéticos, da materialidade da comunicação e historiográficos, a partir de trabalhos como os da própria Flora Süssekind na Fundação Casa de Rui Barbosa ou, na USP, os de Telê Ancona Lopez e outros pesquisadores do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB; os estudos retóricos e de história das práticas letradas e literárias, a partir do trabalho de João Adolfo Hansen, também na USP, sobre as especificidades das letras coloniais, mas que se estendem à pesquisa do projeto moderno de literatura, dentre outros.

Até os anos de 1960, os intelectuais acadêmicos (ou *scholars*, na designação de Süssekind) iriam disputar ideias no espaço público junto aos caudatários da instituição do rodapé impressionista. A partir dos anos 70, ocorre uma gradual retirada de espaço dedicado à crítica profissional dentro dos jornais. Flora aponta que mesmo publicações como o *Suplemento Literário* do *Estado de S. Paulo*, o *Folhetim* da *Folha de S. Paulo* ou o *Suplemento Literário* do *Minas Gerais* não eram consenso editorial e recebiam hostilidade por parte dos jornalistas.

A partir de 1969, com a reforma do Ensino Superior sob a ditadura civil-militar, as universidades passam por um processo de massificação e de progressivo controle, que culminará com as políticas de avaliação quantitativa da Capes já no período da redemocratização. A gradual perda de espaço dos intelectuais como formuladores de debates públicos ocorre no período de ascensão do neoliberalismo. Entre nós, seu sintoma mais evidente foi a definitiva substituição dos *scholars* por jornalistas ou não especialistas (incluídos aí os chamados *fast-thinkers*, às vezes oriundos da própria academia), cujo corte se deu na primeira década dos anos 2000 nos grandes veículos de comunicação.

Um ensaio de Roberto Schwarz sobre a recepção de Machado de Assis pode ser

elucidativo e um caso exemplar para a história da crítica no Brasil. Publicado na revista *Novos estudos* em 2006, “Leituras em competição” parte daquilo que o autor considera uma questão de fundo atual e talvez preocupante para os estudos machadianos: sua inserção em um circuito crítico internacional, na chamada “república mundial das letras” – conforme a acepção de Pascale Casanova (2002) –, segundo uma chave de leitura que o propõe como autor cosmopolita e propositor *avant la lettre* de categorias críticas de teorias literárias atuais como a desconstrução. Schwarz revisita, então, a recepção de Machado desde que, de “clássico anódino” da literatura nacional (e sob a disputa de sua efetiva nacionalidade desde Romero e Veríssimo), a partir dos anos 1960, recebe novas interpretações. Contraditoriamente, a virada se inicia com Hellen Caldwell (*O Otelo brasileiro de Machado de Assis*, de 1960), uma leitora do polo “cosmopolita” dos estudos machadianos, que supusera até mesmo que só leitores como ela, versados nas literaturas anglófonas referidas por Machado, teria condições de lê-lo adequadamente. A virada deu-se, entretanto, pois, ao se levantar a questão do ponto de vista como fundamental para as operações ficcionais de Machado e, portanto, para as de sua leitura crítica, sobretudo pensando no narrador de Dom Casmurro como figura do patriarcado patronal escravista do Império decadente brasileiro, fez surgir uma série de leituras produtivas que, ainda que diversas, são identificadas por Schwarz como mantendo entre si uma “gravitação de conjunto” (Silviano Santiago, Costa Lima, Bosi, Valentim Facioli, o próprio Schwarz etc.). Essas leituras permitiram compreender a figuração da “matéria nacional” por Machado ao seu modo e reposicioná-lo como autor importante não apenas pelo seu aspecto estético cosmopolita, mas também especificamente brasileiro. Mesmo em leituras que acentuem a tônica da intertextualidade ou da forma, é hoje incontornável o aspecto de representação da “matéria social” brasileira em Machado. Para Schwarz, o problema atual é que, lido em perspectiva universalizante por autores aos quais o próprio debate brasileiro que transformou sua recepção não importa, Machado correria o risco de se tornar novamente “clássico anódino” (2012, p. 9-43).

João Adolfo Hansen assinala que o pressuposto para o cânone universitário atual é o de que Machado “inverte as inversões românticas e põe a nu a estrutura do favor que rege as relações sociais do Brasil desde o século XVI”. Segundo uma ordenação hegeliana do cânone, Machado “inclui e supera todo o passado colonial; ao mesmo tempo, como inventa uma forma tragicômica nova e moderna, abre-se para o moderno, já é moderno, e constitui o cânone, sociologicamente definido”. Decorre dessa hierarquização que, do ponto de vista crítico, institucional e político, “a posse da verdadeira interpretação de

Machado garante o controle de todo o cânone” (2016, p. 37).

No início dos anos 2000, no que Bosi denominou de “estudos literários na Era dos Extremos” (2002), o texto literário, sobretudo no contexto das mídias de massa e digitais, passa a ser visto como “variante da indústria cultural e instrumento de *lobbies*”, oscilando entre uma “prática hipermimética”, causalista e pouco crítica, e a “hipermediação” do pastiche em versão cumulativa e de arte como pura mercadoria e distinção. Seria preciso retomar a “tensão fecunda entre tradição e criação, sem a qual o imediato é sempre violento” (p. 251). A partir dessa perspectiva, os estudos universitários, uma vez retomando seu lugar de disputa no debate público, embora procurando contornar as situações de controle impostas pelos sistemas burocráticos de avaliação intensa e permanente, deveriam contribuir para a retomada da ideia moderna de literatura brasileira.

Em Flora Süssekind (2022), a análise do campo artístico e da vida sociopolítica no Brasil desde a “Nova República” aos dias de hoje ressalta o frágil pacto social instituído pela redemocratização do país, sua derrocada atual e a eclosão das manifestações que dão conta da diversidade social, étnico-racial e de gênero, mas também a intolerância e o ódio às diferenças propagados por grupos neofascistas. A autora se vale da noção de coró, própria da arte teatral, para analisar obras de diferentes campos artísticos, a inter-relação entre eles e com mídias digitais, nelas observando vozes e formas artísticas plurais em cena.

Sobretudo desde as últimas investidas autoritárias, em descontinuidade ao período da redemocratização, o projeto moderno pode parecer talvez distante. Ou, por outro lado, ocorre que sua interpretação rotinizada serve à autorreprodução de práticas e representações institucionais apenas aparentemente críticas. Mas também reemerge como resistência em lugares sociais que, mesmo se não coincidentes com os da tradição modernista, reapropriam-se criticamente dela. Como na segunda geração modernista, em que Candido propunha haver uma espécie de *V Narod* brasileiro (2000 [1965]), há um novo momento de descoberta e interpretação de aspectos não hegemônicos da sociedade brasileira, sobretudo segundo recortes de etnia, gênero e classe, em diferentes modos de intersecção, em projetos de autoafirmação, às vezes coletivos, outras mais individuais. Nessa disputa por um legado moderno sobre o qual também se reivindica o direito de questionamento – por exemplo, entre os estudos culturais e os de viés nacional ou estético, todas essas correntes em seus diversos matizes – se desenha a tensão que situa o momento atual da crítica literária no Brasil. Nele também o regime de *leitura* está sob disputa: ler e valorar o texto como expressão de distinções positivas de etnia, classe e gênero,

considerando elementos de sua camada propriamente estética como distinções negativas? Ou lê-lo e valorá-lo enquanto instrumento de veiculação de ideias políticas, sociológicas, filosóficas etc.? Ou lê-lo e valorá-lo como objeto estético e ficcional, irônico e autoirônico, um palimpsesto por definição?

## Referências

ANDRADE, Mario de. **Aspectos da literatura brasileira**. São Paulo: Martins, 1972 [1942].

ARARIPE Jr., T. de A. **Obra crítica**. 5 v. Rio de Janeiro: Mec/Casa de Rui Barbosa, 1958.

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade. *In: Obra completa*, v. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 2, n. 3, p. 4-39, 1988.

BOSI, Alfredo. Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSI, Alfredo. Os estudos literários na Era dos Extremos. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CALDWELL, H. **O Otelo brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro**. São Paulo, Ateliê, 2008 [1960].

CANDIDO, Antonio. A revolução de 30 e a cultura. *In A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000 [1959].

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000 [1965].

CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo. Jorge & DELGADO, Lucilia N. (org.). **O Brasil republicano** (v. 2). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003, 107-144.

CASANOVA, Pascale. **A república mundial das letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. 5 v. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1970.

COUTINHO, Afrânio. **Conceito de literatura brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DENIS, Ferdinand. **Resumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du resumé de l'histoire littéraire du Brésil**. Paris: Le Cointe et Durey, 1926. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1410551.texteImage>. Acesso em: 2 abr. 2025.

HANSEN, João Adolfo. “Lugar do cânone e da crítica nos estudos literários hoje”. In: LOPES, D. M. *et al.* (org.) **VI Seminário dos alunos da Pós-Graduação em Letras da UERJ**. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2016, p. 7-38.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O espírito e a letra: estudos de crítica literária**, v. I e II. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Organização, introdução e notas: Antonio Arnoni Prado.

LAFETÁ, João Luiz. **1930: a crítica e o modernismo**. São Paulo: 34, 2000 [1974].

LIMA, Luiz Costa. **Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. “Discurso sobre a história da literatura no Brasil”. Diálogos Lusófonos: Apontamentos de Gonçalves de Magalhães, Almeida Garrett e INFANTE, Ulisses (org.). Dossiê: Diálogos Lusófonos: Apontamentos de Gonçalves de Magalhães, Almeida Garrett e Alexandre Herculano para Crítica Literária Do Século XIX em Brasil e Portugal. **Translusofonias: Revista de estudos comparativistas lusófonos**. Curitiba, v. 1, n. 1, 2014.

NAPOLITANO, M. A semana e o século: o longo modernismo. **Santa Barbara Portuguese Studies**, 2nd Ser., Vol. 10, 2022.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 2 v. Rio de Janeiro: Editora Imago, 2001.

ROUSSEAU, J.-J. **Os devaneios do caminhante solitário**. Trad. Fúlvia Moretto. Brasília: EDU; UNB, 1991.

SCHWARZ, Roberto. Leituras em competição. **Martinha x Lucrecia**, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 9–43.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995 [1983].

SÜSSEKIND, Flora. Rodapés, tratados e ensaios: a formação da crítica brasileira moderna. In: **Papéis colados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003 [1993].

SÜSSEKIND, Flora. **Coros, contrários, massa**. Recife: Cepe, 2022.

VENTURA, R. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. **Estudos de literatura brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1977.

### **Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa**

Os dados disponíveis para a elaboração desta pesquisa encontram-se referidos no presente documento e são de natureza bibliográfica.

### **Declaração de conflito de interesses**

Esta pesquisa não recebe financiamento externo à Universidade de São Paulo e o autor declara não possuir conflito de interesses.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.